

# A arte das antigas sociedades camponesas

# De que falamos quando falamos de arte? E de arte pré-histórica? E de megalitismo? E de arte megalítica? Alguns breves tópicos para uma reflexão sobre temas em que se impõe pormo-nos de acordo sobre as nossas (possíveis e desejáveis) discordâncias

■ VÍTOR OLIVEIRA JORGE ■

**RESUMO** O autor, neste breve texto, pretende apenas abrir uma reflexão colectiva sobre temas difíceis — o que é a arte, o megalitismo, a arte pré-histórica e em particular a arte megalítica — sobre os quais é natural e desejável que haja uma grande variedade de perspectivas. O que não é razão (antes pelo contrário) para não serem discutidos, ou para certos tópicos, que são convenções, serem tomados como factos inofismáveis. Por isso, as próprias afirmações ou sugestões aqui feitas deverão ser vistas na sua assumida relatividade...

Autores como por ex. o sociólogo Bruno Latour (“La Vie de Laboratoire. La Production des Faits Scientifiques”, Paris, Éd. La Découverte, 1988) há muito propuseram, numa linha que se demarca de Koyré, Canguilhem, ou Bachelard (como se diz na própria contra-capta desse importante livro) que a actividade científica, tão potencialmente conflitual como qualquer outra, tem como objectivo produzir “factos científicos” e “construir” uma realidade aceitável pelos outros cientistas (isto é, que resista às tentativas destes para a desmentirem). A ciência é, num certo sentido, uma fábrica de realidade.

É importante que as pessoas que trabalham no âmbito da arqueologia portuguesa, e em particular da pré-histórica, tomem em linha de conta um contexto de problematizações que transcende a disciplina. Hoje, não é no âmbito da antiga “teoria da arqueologia” que encontramos as mais interessantes sugestões, mas sim em campos exteriores, com os quais a arqueologia sempre teve que ver, mas em relação aos quais deveria mostrar, para seu bem, uma cada vez maior porosidade.

**ABSTRACT** The author, in this brief paper, attempts to only open a collective reflection on difficult themes — which include art, megaliths, prehistoric art, and in particular, megalithic art — about which it is natural and desirable to have a variety of perspectives. This is not a reason not to consider certain topics, which are considered conventions, as unquestionable facts — to the contrary. For this reason, affirmations or suggestions made here should be viewed in their presumed relativity.

Authors, such as, for example, the sociologist Bruno Latour (« La Vie de Laboratoire. La Production des Faits Scientifiques », Paris, Éd. La Découverte, 1988) have proposed for a long time, along the lines drawn by Koyré, Canguilhem, or Bachelard (as Latour says in the cover of his important book) that scientific activity, as potentially conflictual as any other, has an objective to produce ‘scientific fact’ and ‘to construct’ an acceptable reality for other scientists (that is, one which resists the attempts of those to deny it). Science is, in a certain sense, a constructed reality.

It is important that those who work in Portuguese archaeology, and in particular, in prehistory, pursue problematizations that transcend the discipline. Today, it is not in the context of the old ‘archaeological theory’ that we are facing the most interesting suggestions, but in other fields, which archaeology has had to consider, but with which it should also demonstrate, for its own good, an increasing receptivity and porosity.

## Introdução

---

A tradição positivista em Arqueologia tem sido tão forte que, em regra, o que os investigadores consideram ser um progresso no saber é a aquisição de novos conhecimentos (os famosos “dados”), sem se interrogarem em que quadro conceptual tais conhecimentos se produzem e se inserem. Entendidos como evidências, e tais evidências como valores em si, os “dados” são depois discutidos exaustivamente, sem muitas vezes se esclarecerem previamente a que escala ou sequer em que acepção estão a ser tomados, isto é, qual o critério que os institui como “dados” pertinentes para uma determinada discussão. Como ninguém explicita claramente onde pretende chegar, e por que meios, é o vale-tudo das “novidades”, cada uma das quais mais “sensacional” (rara, antiga, etc.) do que a anterior.

Durante o Colóquio, e após ter lido o resumo em que se faziam as afirmações do parágrafo anterior, alguém contestou a utilização pejorativa, dada por mim, à palavra “positivismo”, dizendo que a ciência tem de ser positivista (na acepção de assentar em realidades “positivas”, isto é, baseadas em descrições objectivas). Não deveríamos confundir positivismo com empirismo, que seria o que eu pretendia criticar (e que isso, sim, seria condenável), ou seja, uma “fé” cega na importância dos dados tal como eles pretensamente se oferecem à observação.

Vamos lá ver se nos entendemos. Basta consultar, por ex., o “Dicionário Prático de Filosofia” (dirigido por É. Clément et al., Lisboa, Terramar, 1997), para verificar que a palavra “positivismo” tem duas acepções básicas. Uma estrita, que se refere à filosofia de Auguste Comte e, por generalização da mesma, à atitude de endeusar o conhecimento científico, opondo-o a algo que é entendido como “metafísica”, como acontece, por exemplo, no positivismo lógico, para quem só o experimentalmente verificável tem verdadeiro valor. São concepções datadas dos anos 20-30 do séc. XX, mas que depois foram retomadas sob muitas formas, mais sofisticadas. Um neopositivismo, via C. Hempel, subjaz em grande parte, como é sabido, às concepções filosóficas que estiveram por detrás da “Nova Arqueologia” americana. Isso não significa que a “Nova Arqueologia” (ou o “processualismo”, como se chamou à sua versão europeia) não tenham dado contributos vitais para o desenvolvimento da arqueologia.

Mas são atitudes claramente datadas — não fazem parte do que é hoje mais estimulante no pensamento arqueológico, do meu ponto de vista, naturalmente.

Na sua acepção mais lata, “positivismo” é o mesmo que cientismo, ou seja, uma versão, ainda mais ingénua, de confiança na ciência, que se confunde com racionalidade. Normalmente as pessoas que professam esta visão não admitem que existem diversos tipos de racionalidade (mesmo científica), e que, em última análise, a ciência é, como qualquer realidade humana, limitada e baseada em axiomas (crenças, pontos de partida não comprovados). Ou seja, a ciência, em todo o seu aparato, não está legitimada por nenhuma razão intemporal e a-histórica (seria o “olhar de Deus”), mas é auto-referenciada, isto é, em última análise, tautológica — é um sistema de crenças. Só que é um sistema de crenças imensamente mais sofisticado do que o sistema de crenças medieval, por exemplo, na medida em que se debruça sobre o mundo, o analisa, e produz artefactos técnicos que permitem manipular a realidade até à sua potencial destruição. A ciência é um progresso enorme, mas um progresso humano, limitado, historicamente situado. Endeusar a ciência (ou a arte) é recuperar o carácter alienante da religião por outra via... É isto que sabem os não positivistas, até à evidência — e este saber é uma intuição poderosíssima, que atravessa a contemporaneidade... A ideia de pluralismo, palavra vital — por mais que acertemos os nossos métodos e conceitos, haveremos sempre de produzir discursos diferentes sobre o passado. Não por que

queiramos ser originais a todo o custo, mas porque a diferença de pontos de vista é, em ciência, e em especial em ciências humanas, não um resto espúrio, mas o seu maior capital. A ciência tende para a variedade e para a liberdade, e não para a unicidade e o dogmatismo.

O empirismo, por seu turno, é algo de diferente, mas está, de facto, relacionado com o positivismo. Consulte-se de novo, por exemplo, o citado “Dicionário”. Trata-se de uma filosofia do conhecimento que valoriza a experiência sensível (sentido lato). Mas o empirismo tem toda uma história, que vai desde Locke (e da sua recusa das “ideias inatas” de Descartes) até aos filósofos do “Círculo de Viena”, os do tal positivismo lógico, para quem (muito esquematicamente) não tem sentido aquilo que Kant chamou “juízos sintéticos a priori”. Só a lógica formal permite progredir no sentido da verdade; o resto é conhecimento baseado na experiência. A metafísica não tem interesse porque não é rebatível ou confirmável por via experimental.

Portanto, positivismo e empirismo são duas atitudes que andaram, com frequência, juntas. Mas o positivismo, até pelas expressões extremas que teve na sequência do entusiasmo com que a obra de Comte foi recebida, e pelo facto de ter impregnado parte das nossas universidades desde o início do século, é uma palavra mais útil para caracterizar, e criticar, a atitude que eu pretendia denunciar, dominante, até hoje, na arqueologia portuguesa. Não como uma filosofia pensada e reflectida, mas como uma “filosofia” no sentido corrente, isto é, uma crença ingénua, espontânea, num conjunto de práticas e de modelos de raciocínio considerados evidentes, únicos, insofismáveis. A crença de que, se todos falássemos uma linguagem clara e utilizássemos um vocabulário comum, todos haveríamos, um dia, de nos entender, de ser uma espécie de réplicas uns dos outros nos nossos modelos do passado.

Pelo que acabei de expor, vê-se que a intervenção do participante a que aludi não tinha qualquer pertinência. O simplismo que revelava contrastava com o tom impositivo com que a frase (que pretendia rebater a minha) foi pronunciada, e a que, aliás, se seguiu a exposição de todo um conjunto de dogmas sobre o “processo de neolitização” do nosso território.

Mas voltando ao nosso tema básico, na arqueologia portuguesa, muitas vezes (e com honrosas excepções), o que falta em conceptualização procura compensar-se com a sofisticação das apresentações (multimedia, por ex.) ou com a superabundância dos elementos aduzidos, numa espécie de espectáculo, ou de “concurso” a ver quem é que espanta (se possível esmaga) mais o auditório. Isto não é ciência, nem sequer é conhecimento sério — o conhecimento sério é evidentemente uma elaboração intelectual, longamente amadurecida, se possível original, sobre elementos adquiridos por uma comunidade, e nunca por indivíduos ou equipas isoladas.

Por “original” entende-se obviamente alguma coisa que acrescente algo de conceptualmente novo ao já pensado, e não a utilização de terminologias importadas (do tipo “Revolução dos Produtos Secundários”) ou idiossincráticas (do tipo “deusa com olhos de sol”), que provocam um falso efeito de “novo”, isto é, são uma cosmética de nomenclatura para o “dejà vu” da magreza dos verdadeiros “dados”, que só podem resultar de décadas de trabalho aturado, conjugando prática de campo, tratamento de registos/recolhas, e crítica permanente do quadro reflexivo em que a acção (incluindo a prática teórica) do investigador se insere.

De facto, se hoje não acreditamos em visões holistas da evolução humana baseadas em “revoluções”, como propunha Childe, também não podemos aceitar ideias difusionistas, organizadas em “pacotes”, como propôs Sherratt (que aliás já não insiste muito, nos seus últimos trabalhos, sobre o conceito de “RPS”...). Reconheço em Sherratt um grande autor, um formidável erudito, um homem conduzido por uma extraordinária “pulsão de síntese” virada para a interpretação, de grande fôlego, da Pré-história recente europeia. Um extraor-

dinário seguidor de Childe...com trabalhos, sem dúvida, estimulantes. Mas com algo de baço, porque a arquivolta da síntese não é acompanhada pelo correspondente travejamento da análise. Nos seus trabalhos da primeira metade dos anos 90 (in “Journal of European Archaeology”, 1993 e 1995) sobre a Idade do Bronze como “sistema-mundo”, ou sobre a “grande narrativa” em arqueologia, tudo fica demasiado vago... numa época onde muita arqueologia e antropologia que se faz está a proceder a um “retorno ao concreto” postulado pelo contextualismo, para teorizar a partir dele (teorizando as próprias condições da análise), como está realizando Hodder, com resultados altamente positivos.

Há obviamente que evitar também, na arqueologia portuguesa, as pseudo-sínteses ensaísticas, de mau gosto literário, e pretensa “audácia” interpretativa, onde o leitor não tem quaisquer meios de validar ou invalidar o que é afirmado, pedindo-se-lhe, no fundo, uma adesão com base na autoridade ou na sugestão emocional.

Em suma, para se fazer “boa” arqueologia é preciso técnica, cultura científica, cultura humanística, bom senso e criatividade, além de uma ética de permanente auto-revisão e abertura à crítica. Os mais velhos ou mais influentes devem ponderar bem o que fazem e o que escrevem, pois tendem a ser imitados pelos mais jovens. Estes devem procurar evitar o clientelar seguidismo do que os mais velhos dizem, escrevem ou fazem, procurando traçar o seu caminho por inspiração nos melhores autores estrangeiros.

## **De que falamos quando falamos de arte?**

---

Certamente que não vou, em meia dúzia de linhas, resolver o problema do que é arte ou não é arte, e dar uma visão satisfatória de uma problemática que também nós, pré-historiadores, temos de enfrentar, e que é por natureza interdisciplinar. Psicólogos, estudiosos do cérebro humano, enfim, pessoas muito diversas, tanto do ponto de vista da ciência (“ciências cognitivas”, mas também história e sociologia, por ex.), como do ponto de vista da arte (ou seus críticos, os próprios criadores), têm-se interrogado sobre o que é a arte, se se pode falar de uma arte dos loucos, das crianças, até dos animais... a arte dessacralizou-se no séc. XX ao extremo, com “a fonte” de Duchamp e as latas de excremento de Pietro Manzoni.

Limite-me a aconselhar a leitura, entre muitos, de um livro fascinante, como quase todos os que produz regularmente o Museu de Etnografia de Neuchâtel: trata-se da obra colectiva “Derrière les Images”, editada por aquele Museu em 1998.

Também sabemos que a arte é um conceito europeu, ocidental, moderno, que por extensão queremos progressivamente aplicar a todo o mundo e a todas as culturas. Na maior parte destas — nomeadamente naquelas que mais se assemelham às que estudam os pré-historiadores — não existia, nem a noção de arte, nem a ideia de expressão artística individual, que evidentemente se aplica, apenas, à concepção artística ocidental dos últimos séculos. Como sabemos, um “artista” do fim da Idade Média tanto fazia móveis como pintava quadros; arte e artesanato não se tinham emancipado uma do outro; e J. S. Bach não era mais, mesmo aos olhos dos príncipes mais esclarecidos para quem trabalhava, do que um dos seus empregados, particularmente talentoso.

P. Bourdieu (por ex., “The Field of Cultural Production”, Cambridge, Polity Press, 1995, 2.<sup>a</sup> ed.) mostrou-nos como o campo artístico se constitui de uma teia de cumplicidades entre os criadores, os críticos (ligados aos jornais, isto é, a uma sociedade com órgãos de comunicação de massa) e o público. Isto é, é um campo de tensões, disputas, promoções e olvidos, que está longe de ser angélico e de promover, no devido tempo, os supostos “melhores valores”. A arte é também um mercado, poderoso, e isso refluí sobre todos os actos de criação.

Sem a galeria (que é o intermediário entre o artista plástico e o público comprador) e sem o museu (que é o modelo que estabelece, de forma oficial — tradicionalmente, com algum desfasamento os cânones do que é ou não é artístico), a moderna ideia de artista, livre, fora da tutela de senhores, exprimindo, expondo e vendendo a sua “obra” para um mercado aberto, não teria sentido. Por isso, sociologicamente, a concepção ocidental de obra de arte — que subjaz depois à história universal da arte, onde entram as artes primitivas e pré-históricas, que tanta influência tiveram na produção contemporânea — é uma concepção bem situada, no tempo e no espaço. Foi o mercado e o domínio ideológico-político do ocidente que a generalizou, que a universalizou — segundo o nosso ponto de vista. Precisamos, nós pré-historiadores, de estudar muito a antropologia da arte, para nos desvincular-nos dos lugares-comuns que esta pseudo-evidência nos inculca, e nos prepararmos para pensar o que convencionámos designar “arte pré-histórica”, ou “arte rupestre”, numa sociedade outra. Inclusivamente numa sociedade para quem o conceito de obra de arte não faria sentido algum.

### **De que falamos quando falamos de arte pré-histórica?**

---

O campo da arte pré-histórica tem sido fértil em banalidades conceptuais, em descrições que, por se julgarem válidas de per si (isto é, julgarem que o sentido da realidade descrita é automaticamente evidente), são profundamente fastidiosas. Quando dispomos de estudos mais exaustivos, bons decalques, plantas de contexto, elementos arqueológicos associados, podemos ainda fazer alguma coisa com esses “dados”, isto é, pensar. O que significa importá-los para o nosso próprio elemento de trabalho e produzir novas reflexões.

É evidente, como se disse acima, que chamar “artístico” a um objecto é uma convenção. Em que limites estamos dispostos a utilizar tal convenção no domínio específico da Pré-história? Há condições para estabelecer alguma objectividade — objectividade não significa “verdade”, significa um conjunto de regras de partilha na formulação e validação de conhecimentos — na análise, descrição e interpretação de tais produções? Penso que devemos fazer um grande esforço de contextualização das produções que hoje a nossa consciência estética considera “artísticas”, e que situamos cronologicamente na Pré-história. Vamos, aqui, ao arripio dos museus pós-modernos (como a recente área expositiva inaugurada no Louvre, sobre as “artes primeiras”, para evitarem falar de “artes primitivas”). Aí, os objectos, retirados dos seus contextos de acção, são esteticizados, como peças de mera contemplação - voltando-se assim à perspectiva dos antiquários, para quem a peça vale por si mesma. Trata-se da maior violação que podemos fazer de uma cultura diferente da nossa.

Procurar contextualizar é entrar num continuum em que a peça, supostamente de valor estético (seja móvel, seja praticada num suporte natural inamovível, seja monumental), se enquadra em todo um outro conjunto de materialidades significantes, dispostas num certo espaço (o local, a estação arqueológica, a paisagem) e relativas a um determinado momento temporal (a camada, o nível de ocupação, o período cronológico, etc.).

Depois, creio que devemos evitar os anacronismos óbvios. Por exemplo, falar de uma “deusa” na Pré-história, tem pouco sentido, porque em muitas sociedades pré-estatais não havia deuses, como não havia reis, templos ou palácios. Havia seres ancestrais, havia forças naturais, havia lugares com uma “aura” religiosa particular... havia entidades que podiam ter um aspecto antropomórfico, mas que não sabemos se eram pessoas tradicionais heroicizadas, antepassados da família ou do grupo, seres do começo do mundo ligados às narrações cosmológicas... enfim, a gama de combinatórias é infinita. E, se assim é, torna-se redutor,

ridículo mesmo, falar de deuses na Pré-história; é que há palavras que servem de ecrã a uma visão mais diversificada e rica, complexa, da realidade.

Há palavras que servem para não conhecer jamais nada de interesse. Há terminologias que bloqueiam.

A nossa permanente preocupação, ao abordar a pré-história, tem de ser de raiz antropológica: atenta às diferenças, mais que previsíveis, que devem ter existido nessas sociedades ao longo do tempo e do espaço, e em relação a nós. A autocrítica, mesmo sobre aquilo que nos parece evidente, indiscutível, deve ser constante. Normalmente é no “indiscutível” que mais se projecta a nossa subjectividade, a nossa parcialidade. A distanciação em relação ao objecto de estudo, quanto maior, melhor. Pois o perigo é, mesmo depois de um árduo trabalho de análise, e na ânsia de comunicarmos algo de fascinante aos nossos contemporâneos, cairmos na pior das armadilhas — interpretarmos esses sinais do passado como variantes de nós próprios, queremos dar-lhes um nome e um sentido, termos o desejo, em suma, de os “domesticarmos”. Ora, aquilo que o estudo da chamada “arte pré-histórica” mais nos pode ensinar é que o passado não é o Mesmo de nós, não é domesticável e redutível a uma imagem primitiva, simplificada, tosca, infantil, de nós.

A primeira coisa que devemos dizer sobre a arte pré-histórica (veja-se a obra de Leroi-Gourhan, por exemplo) é que ela, quando estudada sistematicamente, forma sistemas, conjuntos complexos de signos organizados segundo sintaxes cujas regras podemos entrever, mas cuja semântica desconhecemos. E aprender a viver com o desconhecimento (com a auréola de desconhecimento que rodeia tudo o que supomos conhecer) é uma forma superior de conhecimento.

Resumindo e concluindo: quem quiser trabalhar em arte pré-histórica tem de ter uma formação complementar em antropologia cultural, nomeadamente da mais clássica, aquela que estuda as sociedades não ocidentais, não estatais (ou as suas formas aculturadas contemporâneas), etc. Obras como as de Maurice Bloch, de Fedrik Barth, de Robert Layton, de Howard Morphy, para apontar quatro nomes que me vêm à memória, não são apenas importantes, fundamentais.

Não se podem deixar de ler se se quiser estar seguro de, neste domínio, não se escrever disparates, ou banalidades, como infelizmente vemos com frequência naquilo que alguns arqueólogos da Pré-história escrevem. Porquê? Não porque não sejam pessoas inteligentes; apenas porque, no seu afã de prospectar, de escavar, de publicar (antes dos outros), não tiram o tempo suficiente a essa actividade frenética para ler outras coisas, e reflectir... reflectir dignifica altamente a arqueologia! O arqueólogo é um intelectual, não é um colecutor de amostras... passem as palavras um tanto desgastadas, e o simplismo inerente, mas fique a imagem. Por vezes é preciso encontrar uma fórmula, um “slogan”, para exprimir a evidência luminosa da ideia, desde sempre subjacente em nós (até pela resistência, quase inconsciente, à utilização de lugares-comuns), mas, pelos vistos, opaca para outros.

## **De que falamos quando falamos de megalitismo?**

---

Que significa “megalitismo”? Mesmo admitindo a operacionalidade do conceito, dentro de que limites espaço-temporais é mais útil (à escala regional, à escala de grandes zonas da Península, à escala da Europa ocidental, etc.)?

Tratei já deste assunto, exaustivamente, nos finais dos anos 70, inícios dos anos 80, quando preparei a dissertação de doutoramento defendida na Faculdade de Letras do Porto (em 1982) sobre megalitismo do Norte de Portugal. Passadas quase duas décadas, as perspectivas que esse trabalho abriu estão, creio, plenamente actuais, embora tenham aumenta-

do muito os conhecimentos sobre a nossa Pré-história, sobre o “megalitismo” à escala portuguesa e peninsular, etc. Mas não há mais nenhuma necrópole, para além da Aboboreira, no distrito do Porto, a que possamos referir-nos como exemplo de referência, exhaustivamente estudado. Tal necrópole estava ainda no início da sua investigação quando escrevi a tese (começou a ser estudada em 1978), e na sua investigação (e do respectivo contexto) participaram, até hoje, numerosos investigadores, pelo que o meu mérito será, quando muito, o de ter sido o motor inicial do processo.

Como sabemos, o “megalitismo” é uma convenção dos arqueólogos. Desde logo, a nível puramente descritivo. De facto, existem numerosas arquitecturas que, tendo aspecto externo de mamoadas, não contêm megálito algum; outras que podem incluir pilares, ou monólitos, ou qualquer elemento “megalítico”, mas inserido numa estrutura que, basicamente, em termos técnico-tipológicos, o não é. Há monumentos (Vale de Rodrigo, Alentejo), em que a estrutura de falsa cúpula arranca do topo de esteios; há formas híbridas, portanto, em que uma parte do monumento é megalítico (inclui grandes pedras brutas ou sumariamente afeixoadas) e a outra parte não é.

O material funerário que os dólmenes conservam aparece, também, em contextos de gruta natural (Lapa do Fumo, Sesimbra, por ex.), e até as famosas placas de xisto gravadas de tipo alentejano ocorrem quer nesses contextos, quer em variados tipos de monumentos, incluindo os habitualmente chamados “povoados”. O megalitismo não constitui, pois, um conjunto discreto, fechado, com fronteiras nítidas, à maneira das classificações tradicionais monitéticas, tão do gosto de Childe, e outros autores.

O megalitismo — mesmo só pensando no funerário — não deve ter sido a forma mais comum de contexto sepulcral do Neolítico médio/final (segunda metade do V, primeira metade do IV milénio a.C.), mas, simplesmente, a mais monumental, e a que eventualmente exigia maior esforço construtivo. Esse esforço podia ser colectivo, ter um profundo significado para a comunidade, mas articular-se com uma manipulação e tratamento de restos mortais de muito poucos indivíduos. A maior parte destes, provavelmente (claro que essas percentagens terão variado consoante as épocas e os contextos) tinha uma sepultura menos visível, ou invisível mesmo (pelo menos para o “registo arqueológico” actual).

Em momento algum devemos tentar estabelecer ingenuamente evoluções das arquitecturas megalíticas, do mais simples e pequeno, para o mais complexo e monumental, ainda por cima (como acontece por vezes) procurando articular a Pré-história em fases lineares, ao modo evolucionista mais simples. Isto é, a Pré-história recente de uma zona seria caracterizada sucessivamente pelo horizonte 1, 2, 3, etc. A cada um desses horizontes corresponderia um tipo de sepulcro, um conjunto artefactual, uma forma de povoado, eventualmente um modo de organização económico-social, uma ideologia... se não mesmo um tipo de arte rupestre, etc.! Pelo que a Pré-história seria uma espécie de desfile desses “quadros”...

Ora, se há algo que parece confirmado é que o chamado convencionalmente “megalitismo” é um fenómeno polimorfo (a nível formal e a nível social e simbólico), tanto à escala local como à escala europeia, não tendo então sentido algum conceptualizá-lo à escala mundial, porque é evidentemente desprovido de sentido pensar, lado a lado, o “megalitismo” da Península Ibérica e o de certas regiões de África, Próximo Oriente, América, Pacífico, etc.! Quando muito, o comportamento monumental de culturas/épocas totalmente diferentes, pode ser comparado (tudo é comparável, depende do critério que preside ao processo de comparação), mas, como é óbvio, os riscos de anacronismos e de conclusões descontextualizadas aumentam à medida que subimos de escala.

Quando, na Pré-história portuguesa, se pretende ir mais além do referido “desfile de quadros” (leia-se horizontes, ou culturas, ou fases), e tentar explicar por que é que se teria



passado da fase 1 para a fase 2, que é que acontece? Ou se parte do pressuposto que evoluir em determinado sentido é o processo natural da sociedade, ou se utiliza o velho recurso difusionista da “influência”, ou se tenta ir a chavões antigos (difíceis desde logo de aplicar a sociedades pré-históricas) como “modo de produção” ou contradição das “forças produtivas” com as “relações de produção”, ou, ainda, e à falta (desesperante) de melhor imaginação, se vai buscar as explicações tipo “grande teoria”, que acriticamente se aplica a qualquer contexto específico, como, por exemplo, “revolução dos produtos secundários”, etc.

O problema do megalitismo português (como muitos outros na nossa arqueologia), apesar dos trabalhos dos Leisner, e apesar dos esforços da minha geração, um pouco por todo o país (do Minho e Trás-os-Montes ao Algarve) é que ele exige um trabalho continuado, com publicação exaustiva de resultados, à escala local. E a nossa arqueologia (refiro-me à investigação), feita de improvisos, de voluntarismos individuais que levam ao esgotamento das vontades, sub-financiada, mal enquadrada institucionalmente, tem-se dado menos bem com projectos de longo fôlego, onde é preciso recolher muita informação de qualidade ao longo do tempo, Ter sentido de equipa, desenvolver a interdisciplinaridade, articular a pesquisa com a salvaguarda do património, etc., etc.

Enquanto não tivermos um varrimento exaustivo do território, salvando o que ainda se pode salvar, e uma série de projectos regionais totalmente publicados, não avançaremos muito. Algumas descobertas mais ou menos sensacionais, alguns esforços individuais em relação com a progressão na carreira universitária, servirão para nos dar a conhecer um pouco mais, mas também para nos entreter no mesmo patamar, subdesenvolvido, de trabalho, a que todos, arqueólogos portugueses, estamos confinados.

## **De que falamos quando falamos de arte megalítica?**

---

Existe uma “arte megalítica”? Em que condições, dentro de que parâmetros? Limitando-nos às figurações que cobrem os esteios dos túmulos, quais são os tipos de composição (não os tipos de motivos isolados, essa perspectiva não tem obviamente sentido) que se podem considerar e comparar entre si? Só progrediremos no estudo da chamada “arte megalítica” quando se puser ao dispor da comunidade toda a informação acumulada e seu contexto, e se puder comparar esses contextos à escala primeiro local, depois regional, e assim sucessivamente, procurando pouco a pouco uma “explicação” mais abrangente. Essa explicação deve assentar numa explicitação dos pressupostos de que parte.

Em 1997, apresentei ao Colóquio de Arte Megalítica da Corunha uma proposta de abordagem “estrutural” da arte megalítica, que depois desenvolvi, em inglês, no vol. o do “Journal of Iberian Archaeology”, de 1998. Procurei contrapor-me ao empirismo ingénuo reinante nesta área.

No fundo, trata-se de aplicar, ao megalitismo, a mesma forma de raciocínio e de tratamento da informação que tão bons resultados deu nos anos 60 para a arte paleolítica, com Leroi-Gourhan. Isto é, não ver os “motivos” (pintados, gravados, em relevo) isolados, mas nas suas relações mútuas, nas composições que estabelecem. E não o fazer apenas esteio a esteio, mas considerando a totalidade da arquitectura sempre que possível (como é o caso, magnífico, de Antelas). Haveria que encaixar nesse esquema-proposta os resultados obtidos por Eduardo J. L. da Silva para monumentos do Minho e do Sul do Douro (província do Douro Litoral), em larga medida inéditos.

Como é óbvio, as pinturas e gravuras praticadas nos esteios dos dólmenes (para nos circunscrevermos apenas a este aspecto) faziam corpo com a própria arquitectura. Acentuavam

o seu carácter religioso-simbólico, serviam para marcar certos pontos no interior do monumento (corredor/câmara; lado esquerdo/lado direito de quem entra; entrada/fundo-laje de cabeceira, etc.).

O que temos hoje são restos de uma organização gráfico-espacial coerente, decerto em relação com uma cosmovisão ou cosmologia. Por isso não podemos tratar a chamada “arte megalítica” como se se tratasse de qualquer outra manifestação de arte pré-histórica, ou de “arte rupestre”. Gostaria que os colegas portugueses lessem essas propostas que fiz e me criticassem, pois que só com as críticas e o confronto de ideias se progride, e não num ambiente onde, de cada vez que se faz algo que se julga ser mais importante, a resposta que se tem é o silêncio quase geral. Até parece que o silêncio é a melhor prova de êxito em Portugal, pelo menos neste domínio.

## Concluindo

---

Ao contrário dos cientistas das ciências exactas e naturais, onde uma metodologia e ética de trabalho se estabilizou há mais tempo, permitindo o intercâmbio dos conhecimentos e certa cumulatividade dos mesmos, há em arqueologia pré-histórica, uma das ciências sociais e humanas mais recentemente emancipadas (por ex., da tutela da história, da geologia, etc.) todo um caminho a percorrer para assentar um “terreno comum” de trabalho, em vez de um cenário de protagonismos e de espectáculos individuais. Este cenário é próprio de um país de periferia, não de um centro científico onde a validação do trabalho é independente de clientelas ou de servilismos a certas figuras que, por questões de antiguidade ou de habilidade, se alcançaram aos postos de influência, neutralizando quaisquer tentativas de contestação por parte das gerações mais jovens. Quando a nossa arqueologia constituir um pólo de reflexão mais respeitado do que hoje é, verificar-se-á talvez que, como ciência humana e social, ela é capaz de formar espíritos mais livres e simultaneamente mais rigorosos dos que são formados em muitas das escolas tradicionais de engenharia ou de ciências. Livres e rigorosos porque capazes de darem passos em frente inventivos, sem para tanto precisarem de caminhar linear e automaticamente. A ciência é a surpresa de “ver novo” no “já visto”. O “megalitismo” e a “arte megalítica”, temas decerto convencionais, podem ser, como quaisquer outros, bons âmbitos para o exercício da liberdade criadora, isto é, da verdadeira ciência, séria até e sobretudo quando não se toma tão a sério que se dogmatiza ou se mecaniza.

O último parágrafo deste texto é bastante importante, porque eu não gostaria de ser acusado de uma das piores pechas da inteligência, quando se vê injustiçada, que é a arrogância. Nada, em ciência, justifica a arrogância. A ciência é o exercício da modéstia, e o constante cotejo do entusiasmo que certos assuntos e perspectivas nos contagiam, com a modéstia de quem sabe que um investigador não é senão um modesto elo de uma cadeia, e não um iluminado visionário. Sem ambiente minimamente estimulante (embora por vezes a rasar o nível zero), cada um de nós não teria chegado a existir, nem teria podido dar qualquer contributo. O autor destas linhas deseja por isso vincadamente sublinhar que se inclui, como arqueólogo, na crítica que as linhas acima pressupõem a este domínio tal como tem sido praticado em Portugal. Isto é, não se considera de modo algum imune a erros, ou a simplismos e a facilitismos apontados.

Apenas procura, chamando a atenção para que o tema de que tratamos é um “rei” que, muitas vezes, “vai nu”, motivar para um trabalho colectivo — o de o ajudarmos a melhorar nas suas condições de produção e de apresentação. Para que todos nos possamos rever com mais satisfação intelectual no campo a que nos dedicamos. E para que os jovens que acor-

rem a estes encontros, à procura de saber, mas de modelos de comportamento científico nos mais velhos, possam encontrar em nós algum daquele estímulo que é nossa obrigação transmitir-lhes.

Porto, Abril-Dezembro de 2000

*Intervenção de Victor S. Gonçalves, na sequência da comunicação do Prof. Vítor Oliveira Jorge:*

– Ora bem, eu, por força das circunstâncias, sinto-me obrigado a fazer um comentário à comunicação do Prof. Oliveira Jorge, e também, de passagem, ao próprio resumo que nos enviou previamente. Resumo que rompe aliás com a sua tradição de escrita contida e traduz revelações que poderiam ser verdadeiramente fascinantes para um debate não necessariamente arqueológico.

Toda a gente sabe que o Prof. Oliveira Jorge é um investigador muito conceituado, e que naturalmente respeitamos, mas há no seu pensamento, por vezes, uma estruturação algo ingénua que consiste, basicamente, em ver-se a si próprio como extremamente complexo e aos outros como produtores sistemáticos de erros de simplificação.

Ora essa atitude, que traduz um típico desfasamento da realidade, recorda-me aquela gasta anedota de ele ter sido o primeiro a falar em computadores em Portugal e o último a usá-los.

Talvez a esta luz se compreendam as confusões totais que o seu discurso evidencia. Por exemplo, quando se refere criticamente a uma observação que eu próprio fiz várias vezes, em vários lugares, sobre a natureza estrutural do Megalitismo, considerando-a contraditória com a selectividade dos enterramentos. Ora é por demais evidente que não há nada de contraditório nestas duas situações.

Ao mesmo tempo, há também aspectos interessantes, particularmente no seu resumo, um dos quais é sem dúvida o conjunto de observações hipercríticas que, surpreendentemente para quem conhece o seu *curriculum*, tece a propósito do que chama “terminologias importadas”. E como, neste preciso contexto, se refere quase exclusivamente a dois conceitos, mais propriamente um conceito que eu tenho usado e a uma denominação que me parece ter introduzido pela primeira vez, a *Revolução de Produtos Secundários* e a *Deusa com Olhos de Sol*, sinto-me obrigado a recordar-lhe, muito claramente, que a ciência sempre se fez com terminologias que não têm necessariamente pátria, cuja origem é mesmo desinteressante ou irrelevante, e que as terminologias não têm que ter a aprovação da Academia para funcionarem efectivamente e se adequarem às realidades a que se referem.

E não é minimamente arriscado usar-se em Portugal, como penso ter também feito pela primeira vez, um conceito como o da Revolução dos Produtos Secundários, que todos sabemos ser “importado”, é uma adaptação do modelo proposto por Sherratt, porque se fôssemos recusar conceitos só por serem exteriores ao nosso próprio círculo, então ninguém falaria de “Big Bang” em Portugal, nem da tal famosa tecla “Enter” que até mesmo o Prof. Vítor Jorge usa frequentemente quando quer activar uma instrução no seu computador.

Parece-me que a ferocidade da crítica às terminologias importadas não faz grande sentido neste contexto, particularmente quando o nosso amigo do Norte, e alguns dos seus companheiros de estrada, usam amiúde expressões importadas, algumas que não fazem mesmo sentido algum, como “Pré-História recente”, por exemplo, um dos conceitos “importados” a meu ver mais inúteis e menos fundamentados que se usou recentemente em Arqueologia. Mas também absolutamente inofensivo, é certo...

De qualquer maneira, e comentando ainda a intervenção do Prof. Oliveira Jorge, eu diria, e usando aquela imagem artística que ele tão bem invocou, que o que sai de dentro do artista não é forçosamente arte, que ela se lhe aplica também, por vezes. O que sai do pensamento do Prof. Oliveira Jorge, que é um cientista, nem sempre é forçosamente ciência (e recorro às suas conhecidas poesias como um exemplo entre outros possíveis).

E penso que em relação a questões relacionadas com o Megalitismo, tão complexas como as que nós estamos a utilizar, nenhum de nós é simplificador à partida. Nós dirigimo-nos para públicos diferentes e, em função da natureza diversa dos públicos, assumimos a noção do significado social da nossa disciplina. Não dirigimos os nossos discursos exclusivamente aos sábios, que já longamente meditaram na essência e complexidade do Megalitismo, mas também a uma gama de público muito vasta. E é por isso que nós, ao fazermos as exposições públicas que fazemos em Museus nacionais ou regionais (exposições de que o Prof. Vítor Jorge, aliás, nunca gostou), promovemos, de uma forma ou de outra, ou porque insistem connosco para as fazermos ou porque pensamos que são parte da nossa responsabilidade para com a sociedade, um discurso que não se destina apenas a sábios como ele, destina-se efectivamente a um grande tipo de público, muito diversificado, que necessita de uma linguagem simples e sintética para poder entender aquilo que no fundo são propostas muito mais complexas.

Foi este o real fundamento da exposição “Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos” que, apesar de aristocrática ou espartana, como lhe chamaram, teve enorme aceitação junto de todos os públicos.

Na realidade, o problema é que um pensamento complexo não é forçosamente um pensamento incompreensível (atitude em que o Prof. Vítor Jorge está escassa mas adequadamente acompanhado, complexificando à força o bom discernimento, que é o dele, e transformando os seus textos em algo de muitas vezes ilegível para o público comum). O que não quer dizer que um pensamento aparentemente complexo seja forçosamente inteligente e um pensamento imediatamente inteligível seja um pensamento simplificado, para idiotas, ou adequado a uma faixa da população em que a iliteracia é dominante.

Na verdade, eu penso que há, neste específico campo do Megalitismo, muitas questões que neste momento são completamente inúteis, questões fabricadas pela exiguidade da informação de que dispomos. Todos nós sabemos afinal que uma atribuição negativa, ou mesmo pejorativa, ou ainda voluntariamente injuriosa, como fez o Prof. Vítor Jorge, aos males do positivismo, escamoteia o incómodo de, em Arqueologia, testarmos modelos com factos e não testarmos modelos com modelos e não discutirmos exclusivamente ideias feitas exclusivamente a partir de outras ideias, e não de realidades. Temos de partir de realidades arqueológicas e, não sendo eu exactamente um feroz partidário da filosofia de “bones and stones”, diria que sem eles, os “bones”, as “stones” e tudo o mais, nós não conseguiríamos fazer muito. É que, se adoptamos a outra perspectiva, a Arqueologia pode rapidamente tornar-se num exercício masturbatório à volta das nossas próprias capacidades de elaborarmos análises excitantes, mais ou menos inteligíveis para nós próprios, mas que para os outros não o são de certeza. Nós temos o maior respeito pelo Prof. Oliveira Jorge, isso é um ponto que fica bem claro, mas não estamos minimamente de acordo com ele quando confunde, de uma forma deliberada e maliciosa, conceitos que nada têm que ver uns com os outros.

Repito, conceitos operacionais, como a Revolução dos Produtos Secundários, têm sido testados sistematicamente no Centro e Sul de Portugal. Testados com factos, com resultados, e justificam a maior atenção. Nunca ninguém disse que o modelo era globalmente, em si, totalmente válido e perfeito. Não conheço algum que o seja. Mas é um modelo operativo

do maior interesse, disso não tenho pessoalmente a menor dúvida. Por outro lado, e para terminar, a magreza dos factos de prova, referida pelo Prof. Vítor Jorge, é a magreza que nós encontramos quando dirigimos pesquisa em direcção a um conjunto de realidades profundamente mutiladas e que temos de interpretar muitas vezes por transliteração ou por aproximação ou por generalização. Aí cometemos erros, todos nós cometemos erros, até mesmo o Prof. Vítor Jorge, que não precisa que eu lhe recorde alguns. Mas não é por isso, e também por efectivamente não me confundir (aliás como não sou transexual nem mitómano não tenho esse problema) com a Deusa de Olhos de Sol, que admito desde já, como gostaria o Prof. Vítor Jorge, que não seja uma Deusa, que seja o que for pode ser cego, e que “olhos de sol” são uma cientificamente abominável imagem poética para designar um par de círculos radiantes sem qualquer significado no universo hodderiano, onde o Prof. Vítor Jorge nadou outrora. De qualquer forma, não tenho a mínima reserva em confessar que normalmente penso bastante sobre as coisas antes de escrever sobre elas, quando simplifico é para que os outros me entendam e não penso, como o Prof. Vítor Jorge parece pensar, que as pessoas de que não gosto são forçosamente estúpidas e aquelas que amo as verdadeiras e únicas luminárias no pálido céu da nossa arqueologia.

E que não esqueça o Prof. Vítor Jorge que a imagem do cachimbo de Magritte, que ele ultimamente gosta de projectar no início das suas comunicações, não é efectivamente um cachimbo...é a *imagem* de um cachimbo, de tipologia clássica, mais propriamente um *bent* 5 na actual tipologia Dunhill, muito provavelmente, pelo seu contexto histórico, feito com raiz de urze do Sul de França...